



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 10 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 3.554 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 4.860 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em outubro de 2017, o BERJ efetuou pagamento de dividendos de R\$ 1.280 milhão à conta "Reserva de

Lucros - Estatutária" conforme Ata da Diretoria de 16 de outubro de 2017.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição continuam em fase de adaptação para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	2.329.637	2.706.002	CIRCULANTE	242.028	224.652
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	54	52	DEPÓSITOS (Nota 13).....	100.212	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	1.730.462	1.684.632	Depósitos Interfinanceiros.....	100.212	-
Aplicações no Mercado Aberto.....	156.171	328.647	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.319	1.312
Depósitos Interfinanceiros.....	1.574.291	1.355.985	Outras Instituições.....	1.319	1.312
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c).....	5.444	-
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	412.478	388.747	OUTRAS OBRIGAÇÕES	135.053	223.340
Carteira Própria.....	339.264	318.873	Sociais e Estatutárias (Nota 16d).....	2.460	59.458
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	-	137	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a).....	108.390	132.840
Vinculados a Prestação de Garantias.....	73.214	69.737	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.299	1.290
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	41.061	317.652	Diversas (Nota 15b).....	22.904	29.752
Empréstimos e Financiamentos.....	42.331	319.508			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(1.270)	(1.856)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	145.357	314.919			
Rendas a Receber.....	1.324	1.410	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.063.843	979.994
Diversos.....	144.241	313.875	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.063.843	979.994
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(208)	(366)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a).....	153.157	126.847
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	225	-	Diversas (Nota 15b).....	910.686	853.147
Outros Valores e Bens.....	95.023	100.289			
Provisões para Desvalorizações.....	(94.798)	(100.289)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.198.284	2.924.122			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	71.625	133.815	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16).....	3.554.343	4.738.227
Carteira Própria.....	32.547	90.680	Capital:		
Moedas de Privatização.....	39.078	43.135	- De Domiciliados no País	3.087.000	3.087.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	18.170	980.716	Reservas de Lucros.....	462.892	1.734.996
Empréstimos e Financiamentos.....	18.732	985.768	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.451	(83.769)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(562)	(5.052)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	2.108.489	1.809.591			
Diversos.....	2.111.070	1.812.427			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.581)	(2.836)			
PERMANENTE	332.293	312.749			
INVESTIMENTOS	331.739	312.020			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10).....	331.405	311.686			
Outros Investimentos.....	3.174	3.174			
Provisão para Perdas.....	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11).....	363	446			
Outras Imobilizações de Uso.....	723	723			
Depreciações Acumuladas.....	(360)	(277)			
INTANGÍVEL (Nota 12).....	191	283			
Outros Ativos Intangíveis.....	565	545			
Amortizações Acumuladas.....	(374)	(262)			
TOTAL	4.860.214	5.942.873	TOTAL	4.860.214	5.942.873

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.642	124.367	516.591
Operações de Crédito	3.545	66.501	202.188
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	16.164	63.448	314.266
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	(4.067)	(5.582)	137
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	601	(163)	14.930
Operações de Captações no Mercado (Nota 13).....	212	5.283	14.187
Operações de Empréstimos e Repasses.....	2	14	52
Constituição/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(815)	(5.134)	691
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.243	124.204	501.661
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.701)	(12.023)	6.886
Despesas de Pessoal (Nota 17).....	(18.479)	(29.539)	(19.046)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18).....	(6.398)	(10.376)	(18.017)
Despesas Tributárias (Nota 19).....	(7.917)	(20.663)	(31.623)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	7.606	19.734	11.295
Outras Receitas Operacionais (Nota 20).....	45.415	109.860	162.392
Outras Despesas Operacionais (Nota 21).....	(31.928)	(81.039)	(98.115)
RESULTADO OPERACIONAL	4.542	112.181	508.547
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22).....	4.389	8.474	5.781
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.931	120.655	514.328
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(64.966)	(110.299)	(192.401)
Provisão para Imposto de Renda	(37.672)	(95.445)	(133.831)
Provisão para Contribuição Social	(30.034)	(74.850)	(90.319)
Ativo Fiscal Diferido.....	2.740	59.996	31.749
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	(56.035)	10.356	321.927
Número de ações (Nota 16a).....	155.463	155.463	155.463
Lucro/(Prejuízo) por ação em R\$	(360,44)	66,61	2.070,76

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros	
Eventos	Capital Social	Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas	(Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2017.....	3.087.000	202.243	1.583.376	1.135	11	-	4.873.765
Pagamento de Dividendos com Reserva (Nota 16)	-	-	(1.280.000)	-	-	-	(1.280.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.344	(39)	-	3.305
Prejuízo	-	-	-	-	-	(56.035)	(56.035)
Destinações: - Reservas	-	(2.803)	(39.924)	-	-	42.727	-
- Dividendos Propostos (Nota 16).....	-	-	-	-	-	13.308	13.308
Saldos em 31.12.2017.....	3.087.000	199.440	263.452	4.479	(28)	-	3.554.343
Saldos em 31.12.2015.....	3.087.000	182.827	1.429.700	(37.774)	(6)	-	4.661.747
Pagamento de Dividendos com Reserva (Nota 16)	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(45.785)	(204)	-	(45.989)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	321.927	321.927
Destinações: - Reservas	-	16.096	226.373	-	-	(242.469)	-
- Dividendos Propostos (Nota 16).....	-	-	-	-	-	(59.458)	(59.458)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 16)	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31.12.2016.....	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.559)	(210)	-	4.738.227
Pagamento de Dividendos com Reserva (Nota 16)	-	-	(1.280.000)	-	-	-	(1.280.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	88.038	182	-	88.220
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	10.356	10.356
Destinações: - Reservas	-	517	7.379	-	-	(7.896)	-
- Dividendos Propostos (Nota 16).....	-	-	-	-	-	(2.460)	(2.460)
Saldos em 31.12.2017.....	3.087.000	199.440	263.452	4.479	(28)	-	3.554.343

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.
Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.931	120.655	514.328
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	122.305	239.932	80.504
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(815)	(5.134)	691
Depreciações e Amortizações	98	195	191
Provisão/(Reversão) por Desvalorização de Ativos	(2.222)	(5.491)	741
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(7.606)	(19.734)	(11.295)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	23.796	54.288	75.940
Perdas por <i>Impairment</i> de Ativos	108.988	215.564	14.236
Outros	66	244	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	131.236	360.587	594.832
Variação de Ativos e Obrigações	(144.511)	(128.252)	(44.916)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(59.478)	(1.100.987)	(473.304)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(131.592)	(135.354)	2.236.737
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	-	-	5
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	2.952	1.243.981	14.495
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(38.365)	(63.845)	(120.495)
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros	100.212	100.212	(1.029.751)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1	7	27
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(601)	695	26.846
Impostos Pagos.....	(17.640)	(172.961)	(699.476)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(13.275)	232.335	549.916
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	(4.530)	51.729	694.853
Alienação de Investimentos	-	-	6.025
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	45	257	18.385
Aquisição de Intangível	-	(19)	(22)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(4.485)	51.967	719.241
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.280.000)	(1.339.458)	(137.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(1.280.000)	(1.339.458)	(137.000)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.297.760)	(1.055.156)	1.132.157
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.453.985	1.211.381	79.224
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	156.225	156.225	1.211.381
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.297.760)	(1.055.156)	1.132.157

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do BERJ, evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e

- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiem os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhe- cida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos						Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		2017	2016			
Títulos públicos.....	-	3.249	11.697	97.346		112.292	104.830	7.462	112.872	8.075
Letras financeiras do tesouro	-	3.249	11.697	58.268		73.214	73.217	(3)	69.737	(122)
Moedas de privatização.....	-	-	-	39.078		39.078	31.613	7.465	43.135	8.197
Títulos privados.....	4.541	113.886	135.247	118.137		371.811	373.033	(1.222)	409.690	(146.049)
Letras financeiras	4.541	113.886	135.247	85.590		339.264	340.486	(1.222)	201.807	1.942
Debêntures	-	-	-	32.547		32.547	32.547	-	90.680	(147.461)
Fundos de investimento	-	-	-	-		-	-	-	117.066	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-		-	-	-	137	(530)
Total em 2017	4.541	117.135	146.944	215.483		484.103	477.863	6.240	522.562	(137.974)
Total em 2016	117.709	55.013	22.641	327.198						

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos						Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		2017	2016			
Títulos para negociação (2):.....	4.541	117.135	146.944	143.858		412.478	413.703	(1.225)	271.544	1.820
Letras financeiras	4.541	113.886	135.247	85.590		339.264	340.486	(1.222)	201.807	1.942
Letras financeiras do tesouro	-	3.249	11.697	58.268		73.214	73.217	(3)	69.737	(122)
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	-	-		-	-	-	137	(530)
Títulos disponíveis para venda (3):	-	-	-	71.625		71.625	64.610	7.465	250.881	(139.264)
Moedas de privatização.....	-	-	-	39.078		39.078	31.613	7.465	43.135	8.197
Debêntures	-	-	-	32.547		32.547	32.547	-	90.680	(147.461)
Fundos de investimento	-	-	-	-		-	-	-	117.066	-
Total em 2017	4.541	117.135	146.944	215.483		484.103	477.863	6.240	522.562	(137.974)
Total em 2016	117.709	55.013	22.641	327.198						

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;
- (2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
- (3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 215.564 mil (2016 - R\$ 14.236 mil), relacionados a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BERJ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. São operações de *swaps* de taxas de juros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco.

As operações envolvendo contratos de *swaps* são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de swap				
Posição ativa:	-	-	156.956	-
- IPCA	-	-	156.956	-
Posição passiva:	156.956	-	-	-
- IPCA	156.956	-	-	-

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos, demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber - swap	-	-	-	667	(530)	137
Total do ativo em 2017	-	-	-			
Total do ativo em 2016				667	(530)	137

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017 (A)	%	2016 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	2.386	2.397	2.347	10.899	24.302	18.732	61.063	95,5	1.305.276	99,6
Outros créditos (1).....	576	156	216	433	835	657	2.873	4,5	5.356	0,4
Total em 2017	2.962	2.553	2.563	11.332	25.137	19.389	63.936	100,0		
Total em 2016	16.188	20.471	14.682	60.067	211.172	988.052			1.310.632	100,0

continua...

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	54	52
Total de disponibilidades (caixa)	54	52
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	156.171	328.647
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	-	882.682
Total caixa e equivalentes de caixa	156.225	1.211.381

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2017	2016
Aplicações no mercado aberto:						
Posição Bancada						
- Letras do Tesouro						
Nacional	156.171	-	-	-	156.171	328.647
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	1.574.291	1.574.291	1.355.985
Total em 2017	156.171	-	-	1.574.291	1.730.462	
%	9,0	-	-	91,0	100,0	
Total em 2016	328.647	882.681	-	473.304	1.684.632	
%	19,5	52,4	-	28,1	100,0	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendimentos de aplicações em operações compror- missadas - Posição bancada	19.899	31.270
- Rendimentos de aplicações em depósitos interfinanceiros	191.688	97.479
Total (Nota 6d)	211.587	128.749

Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez:

- Rendimentos de aplicações em operações compror- missadas - Posição bancada	19.899	31.270
- Rendimentos de aplicações em depósitos interfinanceiros	191.688	97.479
Total (Nota 6d)	211.587	128.749

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R\$ mil										
Operações de crédito	Curso anormal						2017 (B)	%	2016 (B)	%
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Outros créditos (1).....	19	22	16	34	-	45	136	100,0	215	100,0
Total em 2017	19	22	16	34	-	45	136	100,0		
Total em 2016	37	45	27	82	-	24			215	100,0

Em 31 de dezembro - R\$ mil														
Operações de crédito	Curso anormal										Total geral (A+B+C)			
	Parcelas vincendas													
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017 (C)	%	2016 (C)	%	2017	%	2016	%
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.063	94,8	1.305.276	99,5
Outros créditos (1)	13	15	11	36	71	212	358	100,0	672	100,0	3.367	5,2	6.243	0,5
Total em 2017	13	15	11	36	71	212	358	100,0			64.430	100,0		
Total em 2016	51	63	32	88	148	290			672	100,0			1.311.519	100,0

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens.

b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão							
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total	Provisão mínima requerida	%		
		Vencidas	Vincendas			Vencidas	Vincendas						
AA.....	125	-	-	125	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	469	-	-	469	0,7	-	-	2	2	-	0,5	-	0,5
B.....	54	9	101	164	0,3	-	1	1	2	-	1,0	-	1,0
C.....	63.288	7	51	63.346	98,3	-	1	1.899	1.900	-	3,0	-	3,0
D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	10,0
E.....	-	30	150	180	0,3	9	45	-	54	-	30,0	-	30,0
F.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0	-	50,0
G.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70,0	-	70,0
H.....	-	90	56	146	0,2	90	56	-	146	-	100,0	-	100,0
Total em 2017	63.936	136	358	64.430	100,0	99	103	1.902	2.104	-		-	
Total em 2016	1.310.632	215	672	1.311.519	100,0	117	305	7.049	7.471	-		-	

c) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2017 (A)	%	2016 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	61.063	-	-	-	-	-	61.063	94,8	1.305.276	99,5
Outros créditos	125	469	164	2.283	-	180	-	-	146	3.367	5,2	6.243	0,5
Total em 2017	125	469	164	63.346	-	180	-	-	146	64.430			
%	0,2	0,7	0,3	98,3	-	0,3	-	-	0,2		100,0		
Total em 2016	-	1.229.724	76.361	4.560	73	173	488	72	68			1.311.519	
%	-	93,8	5,8	0,4	-	-	-	-	-				100,0

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Setor privado	2017		2016		Diversos								
	%		%										
Serviços.....	62.897	97,6	1.308.115	99,7	Títulos e créditos a receber (1).....								
Atividades imobiliárias e construção	62.897	97,6	1.234.290	88,3	Devedores por depósitos em garantia (2).....								
Holdings.....	-	-	73.825	5,6	Impostos e contribuições a compensar								
Pessoa física.....	1.533	2,4	3.404	0,3	Pagamentos a ressarcir (3).....								
Total	64.430	100,0	1.311.519	100,0	Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 24c).....								
					Devedores por compra de valores e bens.....								
					Outros.....								
					Subtotal de outros créditos - diversos.....								
					Provisão para outros créditos.....								
					Com característica de concessão de crédito.....								
					Sem característica de concessão de crédito.....								
					Subtotal de Provisão para outros créditos.....								
					Total de outros créditos.....								

(1) Inclui R\$ 272 mil (2016 - R\$ 563 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2017		2016	
Saldo inicial (1)	7.471		8.058	
- Provisão específica (2).....	422		1.288	
- Provisão genérica (3)	7.049		6.770	
Constituição/(Reversão) de provisão	(5.134)		755	
Baixas para prejuízo.....	(233)		(1.342)	
Saldo final (1).....	2.104		7.471	
- Provisão específica (2).....	202		422	
- Provisão genérica (3)	1.902		7.049	

(1) Inclui R\$ 272 mil (2016 - R\$ 563 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8) OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017		2016
Rendas a receber			
Dividendos e bonificações a receber.....	151		212
Outras rendas a receber.....	1.173		1.198
Subtotal de Rendas a receber	1.324		1.410

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial
			Ações	Cotas			2017	2016	
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	476.000	2.097.408	1.640	-	11,356734	117.910	238.197	224.753	13.391
BEC - DTVM Ltda.	28.000	52.494	-	27.999	99,999996	2.531	52.494	49.987	2.531
Tecnologia Bancária S.A. (1) (4).....	-	447.119	338.790	-	9,022183	41.975	40.340	36.553	3.787
Marselha Holdings Ltda. (1)	344.800	685.545	-	188	0,054640	45.949	374	393	25
Caetê Holdings Ltda. (2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral.....							331.405	311.686	19.734

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caetê Holdings Ltda. de 31.3.2016;

(3) Em 2016 foi registrada perda por *impairment* para este investimento; e

(4) Em 2016 o investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial devido a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo pela organização Bradesco. Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 30.11.2017.

11) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
Imóveis de Uso:	Taxas	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2017	2016
Benfeitorias.....		481	(192)	289	336
Instalações, móveis e equipamentos	10%	118	(61)	57	69
Sistema de comunicação e processamento de dados	20%	124	(107)	17	41
Total em 2017		723	(360)	363	
Total em 2016		723	(277)		446

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12) INTANGÍVEL

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo líquido de amortização			
	Taxas	Custo	Amortização	
Software	20%	565	(374)	191
Total em 2017		565	(374)	191
Total em 2016		545	(262)	283

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Em 2017, referem-se a depósito interfinanceiros no montante de R\$ 100.212 mil, cujas despesas de captação somaram R\$ 5.283 mil (2016 - R\$ 14.187 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 764.926 mil (2016 - R\$ 711.155 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do exercício de 2017	1.582	103.947	741.815
Atualização monetária	78	1.184	53.951
Constituições líquidas de reversões	738	(7.105)	(2)
Saldo no final do exercício de 2017 (Nota 15)	2.398	98.026	795.764

(1) Compreende, substancialmente obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) de Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 626.729 mil (2016 - R\$ 568.503 mil); e b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transitio em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 265.204 mil (2016 - R\$ 250.210 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	101.466	129.975
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 23c)	146.388	120.078
Impostos e contribuições a recolher	13.693	9.634
Total	261.547	259.687

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões fiscais (Nota 14b) (2)	795.764	741.815
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 14b)	100.424	105.529
Outras obrigações (1)	37.402	35.555
Total	933.590	882.899

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 11.168 mil (2016 - R\$ 11.920 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do Berj; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco de R\$ 8.511 mil (2016 - R\$ 8.460 mil); e

(2) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2016 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2016 - 155.463 ações ordinárias).

b) Composição do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000
Saldo final	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	462.892	1.734.996
- Legal (1)	199.440	198.923
- Estatutária (2) (3)	263.452	1.536.073

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Em 20 de outubro de 2017, o BERJ efetuou pagamento de dividendos de R\$ 1.280.000 mil à conta "Reserva de Lucros - Estatutária" conforme Ata da Diretoria de 16 de outubro de 2017.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido dos exercícios	10.356	321.927
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(517)	(16.096)
Base de cálculo ajustada	9.839	305.831
Dividendos	2.460	59.458
Juros sobre o capital próprio	-	20.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(3.000)
Juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda e dividendos	2.460	76.458
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	15,82	491,81

Em 16 de outubro de 2017, foi definido na Ata da Diretoria, a deliberação do pagamento de dividendos no valor de R\$ 1.280.000 mil por meio da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos	13.188	9.988
Benefícios	12.901	5.368
Encargos sociais	3.111	2.575
Participação dos empregados no lucro	339	395
Outras	-	720
Total (1)	29.539	19.046

(1) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 25e)

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços técnicos especializados	5.178	11.948
Condomínios	1.555	1.768
Contribuições filantrópicas	1.212	800
Serviços de terceiros	705	1.512
Aluguéis	427	439
Sistema financeiro	219	363
Depreciações e amortizações	195	191
Propaganda, publicidade e publicações	193	384
Outros	692	612
Total	10.376	18.017

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS	15.585	23.964
Contribuição ao PIS	2.532	3.894
Despesas com impostos - IPTU	1.590	2.934
Impostos e taxas	956	831
Total	20.663	31.623

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Atualização sobre depósitos vinculados	64.238	79.715
Atualização monetária sobre precatórios a receber	37.598	72.703
Reversão de provisão operacional	4.824	1.677
Juros sobre impostos a compensar	2.291	4.613
Recuperação de encargos e despesas	894	2.711
Outras	15	973
Total	109.860	162.392

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Variação monetária passiva (1)	56.307	83.433
Despesa com patrocínio	2.088	2.233
Provisões cíveis	1.291	6.022
Outras (2)	21.353	6.427
Total	81.039	98.115

(1) Refere-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais; e

(2) Em 2017, inclui R\$ 12.712 mil referente a reversão de juros sobre precatórios a receber.

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
(Provisões) Reversão de desvalorização de outros valores e bens	5.491	(882)
Resultado na baixa de valores e bens	1.918	4.743
Resultado na baixa de bens imobilizado	485	1.116
Rendas de aluguéis	189	651
Outras	391	153
Total	8.474	5.781

(1) Em 2017, inclui R\$ 463 mil (2016 - R\$ 1.081 mil) referente a rendas sobre vendas de bens a prazo.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Aplicações no mercado aberto	156.171	328.647	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.574.291	1.355.985	-	-
Títulos e valores mobiliários	339.264	201.807	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	137	-	-
Dividendos a receber	-	-	151	212
Passivos				
Dividendos a pagar	2.460	59.458	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.444	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	100.212	-	-	-

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	3.963	234.949	-	-
Despesas de intermediação financeira ...	(5.283)	(14.187)	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(5.582)	137	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 11.500 mil (2016 - R\$ 8.100 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 11.800 mil (2016 - R\$ 4.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos	11.025	7.802
Total	11.025	7.802

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida	11.593	4.363
Total	11.593	4.363

O BERJ não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	120.655	514.328
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(54.295)	(231.447)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	8.880	21.787
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7.265)	(3.115)
Juros sobre o capital próprios pagos.....	-	9.000
Outros Valores (2)	(57.619)	11.374
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(110.299)	(192.401)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente, (i) IRPJ/CSLL decorrente de adesão ao PERT; (ii) as deduções incentivadas; e (iii) baixa de crédito tributário de CSLL.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(170.296)	(224.150)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	59.997	50.514
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	-	(18.765)
Total dos ativos fiscais diferidos	59.997	31.749
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(110.299)	(192.401)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.784	975	3.922	4.837
Provisões cíveis.....	43.764	958	5.176	39.546
Provisões fiscais.....	334.987	24.445	34.206	325.226
Provisões trabalhistas	678	418	50	1.046
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	37.954	96.742	12.181	122.515
Provisão para desvalorização de bens não de uso	44.884	-	6.965	37.919
Ajuste mark to market no resultado (títulos para negociação).....	-	2.001	-	2.001
Outras provisões	47.034	1.224	4.266	43.992
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	517.085	126.763	66.766	577.082

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Berj S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Berj S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Berj S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2017
	17.030	-	-	17.030
Prejuízo fiscal e base negativa.....	17.030	-	-	17.030
Subtotal (1)	534.115	126.763	66.766	594.112
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	55.706	-	55.706	-
Total dos créditos tributários (Nota 8)	589.821	126.763	122.472	594.112
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	120.078	28.682	2.372	146.388
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	469.743	98.081	120.100	447.724

(1) No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, são constituídos com base na expectativa de sua realização.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2018.....	3.523	2.979	15.971	1.059	23.532
2019.....	31.857	19.208	-	-	51.065
2020.....	6.907	4.239	-	-	11.146
2021.....	6.907	4.239	-	-	11.146
2022.....	311.235	185.988	-	-	497.223
Total	360.429	216.653	15.971	1.059	594.112

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 537.494 mil (2016 - R\$ 484.684 mil) sendo R\$ 520.665 mil (2016 - R\$ 467.933 mil) de diferenças temporárias e R\$ 16.829 mil (2016 - R\$ 16.751 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 146.338 mil (2016 - R\$ 120.078 mil) relativo a ganho de capital R\$ 17.943 mil (2016 - R\$ 18.876 mil), R\$ 2.986 mil (2016 - R\$ 1.439 mil) relativo à marcação de mercado e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 125.459 mil (2016 - R\$ 99.763 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante os exercícios totalizaram R\$ 11.593 mil (2016 - R\$ 4.428 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

f) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S-RJ

continua...

...continuação

**Bradesco**
Berj**Banco Bradesco BERJ S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as di-

vulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 12 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Id: 2091880

SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 92.664.937/0001-80 - NIRE 3330026558-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2017. Data, Hora e Local: Em 22.12.2017, às 16h, na sede da Companhia, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas nº 121, parte, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/1976. **Mesa Diretora:** Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho, Secretária: Fernanda Bezerra. **Deliberações:** Aprovadas pela unanimidade de votos dos acionistas. I. Aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$299.977.531,30 (duzentos e noventa e nove milhões, noventa e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta centavos), com a emissão de 3.865 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$77.613,85027265760 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 30.11.2017, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia de Seguro Saúde, CNPJ/MF nº 01.685.053/0001-56, passando o capital social da Companhia de R\$837.895.706,54 para R\$1.137.873.237,84, com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º. O capital da Companhia é de R\$1.137.873.237,84 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 16.907 (dezesseis mil e novecentas e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.**" I.1. Aprovado o Boletim de Subscrição, emitido por força do aumento do capital social aprovado no item I acima, que constitui o Anexo I desta ata. I.2. Consignada a cessão do direito de preferência do acionista Patrick de Larragoiti Lucas, no aumento de capital acima deliberado, à Sul América Companhia de Seguro Saúde, na forma do disposto no §6º do art. 171 da Lei nº 6.404/76. II. Aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia que constitui o Anexo II desta ata. **Documentos anexos:** Boletim de Subscrição e Estatuto Social consolidado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2017. **Assinaturas:** Gabriel Portella Fagundes Filho, Presidente da Assembleia; Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionistas: Patrick de Larragoiti Lucas e Sul América Companhia de Seguro Saúde, por sua procuradora Fernanda Bezerra, advogada. JUCERJA nº 00003164302 em 09.03.2018. **SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.** CNPJ/MF nº 92.664.937/0001-80 NIRE 3330026558-9 **ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I Denominação, Sede, Objeto e Duração Art. 1º. SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.** é uma sociedade anônima e se regerá pelo presente estatuto e dispositivos legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil e ou no exterior por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto a participação exclusiva em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II Capital e Ações Artigo 5º.** O capital da Companhia é de R\$1.137.873.237,84 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 16.907 (dezesseis mil e novecentas e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 6º.** A cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III Assembleias Gerais Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida por um diretor e secretariada por um dos acionistas presentes ou advogado escolhido pelo referido presidente. **Art. 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador, constituído a menos de um ano, que seja acionista, advogado, representante de instituição financeira ou administrador de fundos de investimento, e por seus representantes legais, ou ainda, por administrador da Companhia, com a restrição contida no parágrafo 1º, *in fine* do art. 134, da Lei nº 6.404/76. **CAPÍTULO IV Administração Art. 9º.** A companhia será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 20 (vinte) membros, dentre eles 1 (um) Diretor Presidente e os demais sem designação especial, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. **§1º.** A Assembleia Geral poderá atribuir a um ou mais membros da diretoria a função de vice-presidente. **§2º.** A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **§3º.** Além da remuneração de que trata o parágrafo segundo acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do artigo 18 deste Estatuto e observado o disposto no artigo 152 §§1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **§4º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **§5º.** O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **§6º.** Nos impedimentos e ausências do Diretor Presidente, este indicará o Diretor substituto, que o substituirá em suas funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído, ressalvados os casos previstos neste Estatuto. Os demais Diretores se substituirão entre si, na forma estabelecida pelo Diretor Presidente. **§7º.** No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de vacância do cargo de Diretor Presidente, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Art. 10.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de

seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no Estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete a Diretoria, dentre outros assuntos: I Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II Aprovar o orçamento geral anual da Companhia; III Aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições; IV Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; V Autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais, sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; VI Decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país. **Art. 11.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o voto de qualidade, no caso de empate. **Art. 12.** Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia. **Art. 13.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1º e 2º abaixo. **§1º.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na prática dos seguintes atos: I. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e II. celebração de contratos de câmbio e realização de operações de pagamento, cadastro, e outras transações de natureza bancária, realizadas com instituições financeiras, por meio de internet ou carta, de acordo com a política de alçadas da Companhia, aprovada pela Diretoria. **§2º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública federal, estadual e municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista ou quotista, em assembleias gerais de sociedades nas quais participe; e III. representação da Companhia em juízo. **§3º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações ad judicium e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **§4º.** É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO I Responsabilidade dos Administradores Art. 14.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros, pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto. **Art. 15.** A Companhia assegurará aos Diretores e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **§1º.** A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **§2º.** A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **§3º.** Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **§4º.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **CAPÍTULO V Conselho Fiscal Art. 16.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação dos acionistas na forma da lei. **§1º.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **§3º.** O Conselho Fiscal tem a competência prevista na Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 10.303/01. **§4º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lavradas no livro próprio. **§5º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos. **CAPÍTULO VI Exercício Social, Lucros e Dividendos Art. 17.** O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras de que tratam o artigo 176 da Lei nº 6.404/76 ao fim de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor. **§1º.** A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores. **§2º.** A Diretoria também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a

serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Art. 18.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento) deste; II. o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76; III. o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do art. 197 da Lei nº 6.404/76; IV. o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo único.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. **Art. 19.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **Art. 20.** Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório. **Artigo 21.** O dividendo deverá ser pago, salvo a deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VII Acordo de Acionistas Artigo 22.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam entre outras pactuações, cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo conselho em contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. **CAPÍTULO VIII Liquidação Art. 23.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que nomeará o liquidante. (Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2017).

Id: 2091707

GRAPHUS CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA

CNPJ/MF nº 68.772.433/0001-07

NIRE 33.2.0727135-3

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17/01/2018

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 17 de Janeiro de 2018, às 16 horas, na sede da Sociedade na cidade do Rio de Janeiro, Av. das Américas, 700 Bloco 01 sala 331, Barra da Tijuca, RJ. CEP. 22640-100. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade de quotistas, conforme comprovado pelas assinaturas constantes nesta ata. 3. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:(a) redução de capital social da Empresa. 4. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Foi aprovado, pela unanimidade dos quotistas: (a) redução do capital social da Empresa em R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), passando o capital de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por julgá-lo excessivo, nos termos do inciso II do Art. 1.082 do Código Civil Brasileiro. (b) a consolidação do Contrato Social da Empresa, que devidamente alterado, segue anexo à presente Ata, permanecendo inalterados todos os demais artigos, que não foram expressamente alterados acima. 5. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a presente Ata, depois de lida foi aprovada e assinada por todos os quotistas em 2 (duas) vias de igual teor, em frente às testemunhas presentes.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2018.

PAULO CEZAR ALEXANDRE DOS SANTOS

CESAR LUIS BORGES BRAGA DE CARVALHO

ERIKA CONSTANTINO ALEXANDRE DOS SANTOS CATTAPAN

Testemunhas:

ROSÂNGELA FONSECA GUIMARÃES

JOSEFA DO NASCIMENTO SANTOS

Id: 2091688



Bradesco

Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 10 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 3.554 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 4.860 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em outubro de 2017, o BERJ efetuou pagamento de dividendos de R\$ 1.280 milhão à conta “Reserva de

Lucros - Estatutária” conforme Ata da Diretoria de 16 de outubro de 2017.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição continuam em fase de adaptação para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	2.329.637	2.706.002	CIRCULANTE	242.028	224.652
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	54	52	DEPÓSITOS (Nota 13).....	100.212	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.730.462	1.684.632	Depósitos Interfinanceiros	100.212	-
Aplicações no Mercado Aberto	156.171	328.647	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.319	1.312
Depósitos Interfinanceiros	1.574.291	1.355.985	Outras Instituições	1.319	1.312
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c).....	5.444	-
DERIVATIVOS (Nota 6)	412.478	388.747	OUTRAS OBRIGAÇÕES	135.053	223.340
Carteira Própria	339.264	318.873	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	2.460	59.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	137	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a).....	108.390	132.840
Vinculados a Prestação de Garantias	73.214	69.737	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.299	1.290
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	41.061	317.652	Diversas (Nota 15b).....	22.904	29.752
Empréstimos e Financiamentos	42.331	319.508			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.270)	(1.856)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.063.843	979.994
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	145.357	314.919	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.063.843	979.994
Rendas a Receber.....	1.324	1.410	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a).....	153.157	126.847
Diversos.....	144.241	313.875	Diversas (Nota 15b).....	910.686	853.147
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(208)	(366)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	225	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16).....	3.554.343	4.738.227
Outros Valores e Bens.....	95.023	100.289	Capital:		
Provisões para Desvalorizações	(94.798)	(100.289)	- De Domiciliados no País	3.087.000	3.087.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.198.284	2.924.122	Reservas de Lucros.....	462.892	1.734.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.451	(83.769)
DERIVATIVOS (Nota 6)	71.625	133.815			
Carteira Própria	32.547	90.680			
Moedas de Privatização	39.078	43.135			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	18.170	980.716			
Empréstimos e Financiamentos	18.732	985.768			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(562)	(5.052)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	2.108.489	1.809.591			
Diversos.....	2.111.070	1.812.427			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.581)	(2.836)			
PERMANENTE	332.293	312.749			
INVESTIMENTOS	331.739	312.020			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10).....	331.405	311.686			
Outros Investimentos.....	3.174	3.174			
Provisão para Perdas	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	363	446			
Outras Imobilizações de Uso.....	723	723			
Depreciações Acumuladas	(360)	(277)			
INTANGÍVEL (Nota 12).....	191	283			
Outros Ativos Intangíveis	565	545			
Amortizações Acumuladas	(374)	(262)			
TOTAL	4.860.214	5.942.873	TOTAL	4.860.214	5.942.873

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.642	124.367	516.591
Operações de Crédito	3.545	66.501	202.188
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	16.164	63.448	314.266
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	(4.067)	(5.582)	137
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.	601	(163)	14.930
Operações de Captações no Mercado (Nota 13).....	212	5.283	14.187
Operações de Empréstimos e Repasses.....	2	14	52
Constituição/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(815)	(5.134)	691
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.243	124.204	501.661
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(11.701)	(12.023)	6.886
Despesas de Pessoal (Nota 17).....	(18.479)	(29.539)	(19.046)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18).....	(6.398)	(10.376)	(18.017)
Despesas Tributárias (Nota 19).....	(7.917)	(20.663)	(31.623)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	7.606	19.734	11.295
Outras Receitas Operacionais (Nota 20).....	45.415	109.860	162.392
Outras Despesas Operacionais (Nota 21).....	(31.928)	(81.039)	(98.115)
RESULTADO OPERACIONAL	4.542	112.181	508.547
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22).....	4.389	8.474	5.781
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	8.931	120.655	514.328
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(64.966)	(110.299)	(192.401)
Provisão para Imposto de Renda	(37.672)	(95.445)	(133.831)
Provisão para Contribuição Social	(30.034)	(74.850)	(90.319)
Ativo Fiscal Diferido	2.740	59.996	31.749
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	(56.035)	10.356	321.927
Número de ações (Nota 16a)	155.463	155.463	155.463
Lucro/(Prejuízo) por ação em R\$	(360,44)	66,61	2.070,76

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas		
Saldos em 30.6.2017.....	3.087.000	202.243	1.583.376	1.135	11	-	4.873.765
Pagamento de Dividendos com Reserva (Nota 16)	-	-	(1.280.000)	-	-	-	(1.280.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.344	(39)	-	3.305
Prejuízo	-	-	-	-	-	(56.035)	(56.035)
Destinações: - Reservas	-	(2.803)	(39.924)	-	-	42.727	-
- Dividendos Propostos (Nota 16).....	-	-	-	-	-	13.308	13.308
Saldos em 31.12.2017.....	3.087.000	199.440	263.452	4.479	(28)	-	3.554.343
Saldos em 31.12.2015.....	3.087.000	182.827	1.429.700	(37.774)	(6)	-	4.661.747
Pagamento de Dividendos com Reserva (Nota 16).....	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(45.785)	(204)	-	(45.989)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	321.927	321.927
Destinações: - Reservas	-	16.096	226.373	-	-	(242.469)	-
- Dividendos Propostos (Nota 16).....	-	-	-	-	-	(59.458)	(59.458)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 16).....	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31.12.2016.....	3.087.000	198.923	1.536.073	(83.559)	(210)	-	4.738.227
Pagamento de Dividendos com Reserva (Nota 16).....	-	-	(1.280.000)	-	-	-	(1.280.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	88.038	182	-	88.220
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	10.356	10.356
Destinações: - Reservas	-	517	7.379	-	-	(7.896)	-
- Dividendos Propostos (Nota 16).....	-	-	-	-	-	(2.460)	(2.460)
Saldos em 31.12.2017.....	3.087.000	199.440	263.452	4.479	(28)	-	3.554.343

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	8.931	120.655	514.328
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	122.305	239.932	80.504
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(815)	(5.134)	691
Depreciações e Amortizações	98	195	191
Provisão/(Reversão) por Desvalorização de Ativos.....	(2.222)	(5.491)	741
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(7.606)	(19.734)	(11.295)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	23.796	54.288	75.940
Perdas por <i>Impairment</i> de Ativos.....	108.988	215.564	14.236
Outros.....	66	244	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	131.236	360.587	594.832
Variação de Ativos e Obrigações.....	(144.511)	(128.252)	(44.916)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(59.478)	(1.100.987)	(473.304)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(131.592)	(135.354)	2.236.737
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	-	-	5
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	2.952	1.243.981	14.495
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(38.365)	(63.845)	(120.495)
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros	100.212	100.212	(1.029.751)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1	7	27
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(601)	695	26.846
Impostos Pagos.....	(17.640)	(172.961)	(699.476)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	(13.275)	232.335	549.916
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	(4.530)	51.729	694.853
Alienação de Investimentos.....	-	-	6.025
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	45	257	18.385
Aquisição de Intangível.....	-	(19)	(22)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(4.485)	51.967	719.241
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.280.000)	(1.339.458)	(137.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(1.280.000)	(1.339.458)	(137.000)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.297.760)	(1.055.156)	1.132.157
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	1.453.985	1.211.381	79.224
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	156.225	156.225	1.211.381
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.297.760)	(1.055.156)	1.132.157

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do BERJ, evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)

- de 15 a 30 dias.....
- de 31 a 60 dias.....
- de 61 a 90 dias.....
- de 91 a 120 dias.....
- de 121 a 150 dias.....
- de 151 a 180 dias.....
- superior a 180 dias.....

Classificação do cliente

- B
- C
- D
- E
- F
- G
- H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Disponibilidades em moeda nacional.....	54	52
Total de disponibilidades (caixa)	54	52
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	156.171	328.647
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	-	882.682
Total caixa e equivalentes de caixa	156.225	1.211.381

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
Títulos	2017				2016				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	3.249	11.697	97.346	112.292	104.830	7.462	112.872	8.075
Letras financeiras do tesouro	-	3.249	11.697	58.268	73.214	73.217	(3)	69.737	(122)
Moedas de privatização.....	-	-	-	39.078	39.078	31.613	7.465	43.135	8.197
Títulos privados.....	4.541	113.886	135.247	118.137	371.811	373.033	(1.222)	409.690	(146.049)
Letras financeiras	4.541	113.886	135.247	85.590	339.264	340.486	(1.222)	201.807	1.942
Debêntures	-	-	-	32.547	32.547	32.547	-	90.680	(147.461)
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	117.066	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	137	(530)
Total em 2017	4.541	117.135	146.944	215.483	484.103	477.863	6.240	522.562	(137.974)
Total em 2016	117.709	55.013	22.641	327.198					

b) Classificação por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
Títulos	2017				2016				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2):.....	4.541	117.135	146.944	143.858	412.478	413.703	(1.225)	271.544	1.820
Letras financeiras	4.541	113.886	135.247	85.590	339.264	340.486	(1.222)	201.807	1.942
Letras financeiras do tesouro	-	3.249	11.697	58.268	73.214	73.217	(3)	69.737	(122)
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	-	-	-	-	-	137	(530)
Títulos disponíveis para venda (3):	-	-	-	71.625	71.625	64.610	7.465	250.881	(139.264)
Moedas de privatização.....	-	-	-	39.078	39.078	31.613	7.465	43.135	8.197
Debêntures	-	-	-	32.547	32.547	32.547	-	90.680	(147.461)
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	117.066	-
Total em 2017	4.541	117.135	146.944	215.483	484.103	477.863	6.240	522.562	(137.974)
Total em 2016	117.709	55.013	22.641	327.198					

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 215.564 mil (2016 - R\$ 14.236 mil), relacionados a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BERJ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. São operações de *swaps* de taxas de juros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco.

As operações envolvendo contratos de *swaps* são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2017		2016	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de swap				
Posição ativa:	-	-	156.956	-
- IPCA	-	-	156.956	-
Posição passiva:	156.956	-	-	-
- IPCA	156.956	-	-	-

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos, demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017			2016	
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado
Ajuste a receber - swap	-	-	-	667	(530)
Total do ativo em 2017	-	-	-		
Total do ativo em 2016				667	(530)

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

											Em 31 de dezembro - R\$ mil			
Operações de crédito	Curso normal						2017 (A)	%	2016 (A)	%				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Empréstimos e títulos descontados.....	2.386	2.397	2.347	10.899	24.302	18.732	61.063	95,5	1.305.276	99,6				
Outros créditos (1).....	576	156	216	433	835	657	2.873	4,5	5.356	0,4				
Total em 2017	2.962	2.553	2.563	11.332	25.137	19.389	63.936	100,0						
Total em 2016	16.188	20.471	14.682	60.067	211.172	988.052			1.310.632	100,0				
Em 31 de dezembro - R\$ mil														
Operações de crédito	Curso anormal						2017 (B)	%	2016 (B)	%				
	Parcelas vencidas													
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Outros créditos (1).....	19	22	16	34	-	45	136	100,0	215	100,0				
Total em 2017	19	22	16	34	-	45	136	100,0						
Total em 2016	37	45	27	82	-	24			215	100,0				
Em 31 de dezembro - R\$ mil														
Operações de crédito	Curso anormal										Total geral (A+B+C)			
	Parcelas vincendas													
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017 (C)	%	2016 (C)	%	2017	%	2016	%
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.063	94,8	1.305.276	99,5
Outros créditos (1).....	13	15	11	36	71	212	358	100,0	672	100,0	3.367	5,2	6.243	0,5
Total em 2017	13	15	11	36	71	212	358	100,0			64.430	100,0		
Total em 2016	51	63	32	88	148	290			672	100,0			1.311.519	100,0

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão					
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total	Provisão mínima requerida
		Vencidas	Vincendas			Vencidas	Vincendas			
AA.....	125	-	-	125	0,2	-	-	-	-	-
A.....	469	-	-	469	0,7	-	-	2	2	0,5
B.....	54	9	101	164	0,3	-	1	1	2	1,0
C.....	63.288	7	51	63.346	98,3	-	1	1.899	1.900	3,0
D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0
E.....	-	30	150	180	0,3	9	45	-	54	30,0
F.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0
G.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70,0
H.....	-	90	56	146	0,2	90	56	-	146	100,0
Total em 2017	63.936	136	358	64.430	100,0	99	103	1.902	2.104	
Total em 2016	1.310.632	215	672	1.311.519	100,0	117	305	7.049	7.471	

c) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2017 (A)	%	2016 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	61.063	-	-	-	-	-	61.063	94,8	1.305.276	99,5
Outros créditos	125	469	164	2.283	-	180	-	-	146	3.367	5,2	6.243	0,5
Total em 2017	125	469	164	63.346	-	180	-	-	146	64.430			
%	0,2	0,7	0,3	98,3	-	0,3	-	-	0,2		100,0		
Total em 2016	-	1.229.724	76.361	4.560	73	173	488	72	68			1.311.519	
%	-	93,8	5,8	0,4	-	-	-	-	-				100,0

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
Serviços.....	62.897	97,6	1.308.115	99,7				
Atividades imobiliárias e construção	62.897	97,6	1.234.290	88,3				
Holdings.....	-	-	73.825	5,6				
Pessoa física.....	1.533	2,4	3.404	0,3				
Total	64.430	100,0	1.311.519	100,0				

e) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	% (1)	2016	% (1)	2017	% (1)	2016	% (1)
Maior devedor.....	61.063	94,8	1.155.152	88,1				
Dez maiores devedores.....	63.810	99,0	1.310.102	99,8				
Vinte maiores devedores.....	64.273	99,8	1.310.883	99,9				
Cinquenta maiores devedores.....	64.430	100,0	1.311.519	100,0				

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial (1)	7.471	8.058		
- Provisão específica (2).....	422	1.288		
- Provisão genérica (3)	7.049	6.770		
Constituição/(Reversão) de provisão	(5.134)	755		
Baixas para prejuízo	(233)	(1.342)		
Saldo final (1)	2.104	7.471		
- Provisão específica (2).....	202	422		
- Provisão genérica (3)	1.902	7.049		

(1) Inclui R\$ 272 mil (2016 - R\$ 563 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8) OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Rendas a receber	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	2016	2017	2016
Dividendos e bonificações a receber.....	151	212		
Outras rendas a receber.....	1.173	1.198		
Subtotal de Rendas a receber	1.324	1.410		

Em 31 de dezembro - R\$ mil

		Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital	Lucro	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
Empresas	Capital social	ajustado	Ações	Cotas	social %	líquido	2017	2016	2017	2016
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	476.000	2.097.408	1.640	-	11,356734	117.910	238.197	224.753	13.391	18.993
BEC - DTVM Ltda.	28.000	52.494	-	27.999	99,999996	2.531	52.494	49.987	2.531	3.312
Tecnologia Bancária S.A. (1) (4).....	-	447.119	338.790	-	9,022183	41.975	40.340	36.553	3.787	22.549
Marselha Holdings Ltda. (1)	344.800	685.545	-	188	0,054640	45.949	374	393	25	47
Caetê Holdings Ltda. (2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.954)
Total geral.....							331.405	311.686	19.734	11.295

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caetê Holdings Ltda. de 31.3.2016;

(3) Em 2016 foi registrada perda por *impairment* para este investimento; e

(4) Em 2016 o investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial devido a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo pela organização Bradesco. Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 30.11.2017.

11) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Imóveis de Uso:	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo líquido de depreciação		Custo líquido de depreciação	
	Taxas	Custo	Depreciação	
Benfeitorias.....		481	(192)	289
Instalações, móveis e equipamentos	10%	118	(61)	57
Sistema de comunicação e processamento de dados	20%	124	(107)	17
Total em 2017		723	(360)	363
Total em 2016		723	(277)	446

12) INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo líquido de amortização		Custo líquido de amortização	
	Taxas	Custo	Amortização	
Software	20%	565	(374)	191
Total em 2017		565	(374)	191
Total em 2016		545	(262)	283

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Em 2017, referem-se a depósito interfinanceiros no montante de R\$ 100.212 mil, cujas despesas de captação somaram R\$ 5.283 mil (2016 - R\$ 14.187 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é cons-

Diversos

Títulos e créditos a receber (1).....	12.230	82.784
Devedores por depósitos em garantia (2)	1.516.479	1.305.950
Impostos e contribuições a compensar	11.570	13.514
Pagamentos a ressarcir (3)	114.959	125.569
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 24c).....	594.112	589.821
Devedores por compra de valores e bens.....	3.367	6.243
Outros.....	2.594	2.421
Subtotal de outros créditos - diversos.....	2.255.311	2.126.302

Provisão para outros créditos

Com característica de concessão de crédito.....	(272)	(563)
Sem característica de concessão de crédito.....	(2.517)	(2.639)
Subtotal de Provisão para outros créditos	(2.789)	(3.202)
Total de outros créditos	2.253.846	2.124.510

(1) Inclui: (i) Precatórios emitidos pela União, no montante de R\$ 9.630 mil (2016 - R\$ 80.184 mil), deduzido das parcelas depositadas e não liberadas, de 2010 a 2017; e (ii) Precatórios emitidos pelo Estado do Paraná, no valor de R\$ 2.517 mil (2016 - R\$ 2.517 mil), com provisão de 100% para perda;

(2) Correspondem a: (i) Depósitos judiciais e recursais realizados em ações judiciais trabalhistas em curso, no valor de R\$ 10.017 mil (2016 - R\$ 9.903 mil); (ii) Registro de títulos públicos depositados em juízo, como garantia de eventuais contingências cíveis, de R\$ 11.008 mil (2016 - R\$ 11.008 mil); (iii) Parcelas dos precatórios emitidos pela União, depositadas em favor do BERJ e bloqueadas pelo Judiciário, no montante de R\$ 493.960 mil (2016 - R\$ 391.681 mil); (iv) Valores depositados à disposição do Judiciário para garantia de ações judiciais cíveis impetradas contra o BERJ, no valor de R\$ 65.750 mil (2016 - R\$ 21.665 mil); (v) Depósitos Judiciais e atualização do PIS e COFINS a recolher, competências de outubro de 2012 a novembro de 2014, no valor de R\$ 765.134 mil (2016 - R\$ 711.351 mil), sob contestação, conforme Mandado de Segurança nº 0047693-88.201.4.02.5101 impetrado em novembro de 2012; e (vi) Outros depósitos judiciais em garantia de recursos fiscais, no valor de R\$ 170.610 mil (2016 - R\$ 160.342 mil); e

(3) Refere-se à: (i) Pagamento de débitos previdenciários, tributários e de contingências cíveis passíveis de reembolso da Conta Garantidora denominada Conta B1, no valor de R\$ 2.529 mil (2016 - R\$ 15.387 mil); (ii) FINSOCIAL a Recuperar, de R\$ 95.268 mil (2016 - R\$ 82.303 mil); e outros indébitos tributários, no valor de R\$ 17.162 mil (2016 - R\$ 27.879 mil).

9) OUTROS VALORES E BENS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Bens	Custo	Provisão para perda	Custo líquido de provisão	
			2017	2016
Imóveis	83.606	(83.381)	225	-
Obras de arte.....	11.362	(11.362)	-	-
Veículos e afins	55	(55)	-	-
Total em 2017	95.023	(94.798)	225	-
Total em 2016	100.289	(100.289)	-	-

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Resultado de participação em coligadas e controladas”.

tuituda com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 764.926 mil (2016 - R\$ 711.155 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

IV - Movimentação das provisões constituídas

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do exercício de 2017	1.582	103.947	741.815
Atualização monetária	78	1.184	53.951
Constituições líquidas de reversões.....	738	(7.105)	(2)
Saldo no final do exercício de 2017 (Nota 15)	2.398	98.026	795.764

(1) Compreende, substancialmente obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) de Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 626.729 mil (2016 - R\$ 568.503 mil); e b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 265.204 mil (2016 - R\$ 250.210 mil).

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro - R\$ mil	
2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	101.466
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 23c)	146.388
Impostos e contribuições a recolher	13.693
Total	261.547

b) Diversas

Em 31 de dezembro - R\$ mil	
2017	2016
Provisões fiscais (Nota 14b) (2)	795.764
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 14b)	100.424
Outras obrigações (1)	37.402
Total	933.590

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 11.168 mil (2016 - R\$ 11.920 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do Berj; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco de R\$ 8.511 mil (2016 - R\$ 8.460 mil); e
(2) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2016 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2016 - 155.463 ações ordinárias).

b) Composição do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial.....	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000
Saldo final	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros.....	462.892	1.734.996
- Legal (1)	199.440	198.923
- Estatutária (2) (3)	263.452	1.536.073

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e
(3) Em 20 de outubro de 2017, o BERJ efetuou pagamento de dividendos de R\$ 1.280.000 mil à conta "Reserva de Lucros - Estatutária" conforme Ata da Diretoria de 16 de outubro de 2017.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

R\$ mil		
Em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Lucro líquido dos exercícios.....	10.356	321.927
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(517)	(16.096)
Base de cálculo ajustada.....	9.839	305.831
Dividendos	2.460	59.458
Juros sobre o capital próprio	-	20.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(3.000)
Juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda e dividendos.....	2.460	76.458
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	15,82	491,81

Em 16 de outubro de 2017, foi definido na Ata da Diretoria, a deliberação do pagamento de dividendos no valor de R\$ 1.280.000 mil por meio da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

17) DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Proventos	13.188	9.988
Benefícios	12.901	5.368
Encargos sociais	3.111	2.575
Participação dos empregados no lucro	339	395
Outras	-	720
Total (1)	29.539	19.046

(1) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 25e)

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Serviços técnicos especializados	5.178	11.948
Condomínios	1.555	1.768
Contribuições filantrópicas	1.212	800
Serviços de terceiros	705	1.512
Aluguéis	427	439
Sistema financeiro	219	363
Depreciações e amortizações	195	191
Propaganda, publicidade e publicações	193	384
Outros	692	612
Total	10.376	18.017

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Contribuição à COFINS	15.585	23.964
Contribuição ao PIS	2.532	3.894
Despesas com impostos - IPTU	1.590	2.934
Impostos e taxas	956	831
Total	20.663	31.623

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Atualização sobre depósitos vinculados	64.238	79.715
Atualização monetária sobre precatórios a receber	37.598	72.703
Reversão de provisão operacional	4.824	1.677
Juros sobre impostos a compensar	2.291	4.613
Recuperação de encargos e despesas	894	2.711
Outras	15	973
Total	109.860	162.392

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
Variação monetária passiva (1)	56.307	83.433
Despesa com patrocínio	2.088	2.233
Provisões cíveis	1.291	6.022
Outras (2)	21.353	6.427
Total	81.039	98.115

(1) Refere-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais; e

(2) Em 2017, inclui R\$ 12.712 mil referente a reversão de juros sobre precatórios a receber.

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2017	2016	
(Provisões) Reversão de desvalorização de outros valores e bens	5.491	(882)
Resultado na baixa de valores e bens	1.918	4.743
Resultado na baixa de bens imobilizado	485	1.116
Rendas de aluguéis	189	651
Outras	391	153
Total	8.474	5.781

(1) Em 2017, inclui R\$ 463 mil (2016 - R\$ 1.081 mil) referente a rendas sobre vendas de bens a prazo.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controladores	Coligadas e Controladas
	2017	2016
Ativos		
Aplicações no mercado aberto	156.171	328.647
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.574.291	1.355.985
Títulos e valores mobiliários	339.264	201.807
Instrumentos financeiros derivativos	-	137
Dividendos a receber	-	-
Passivos		
Dividendos a pagar	2.460	59.458
Instrumentos financeiros derivativos	5.444	-
Depósitos interfinanceiros	100.212	-

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	3.963	234.949	-	-
Despesas de intermediação financeira ...	(5.283)	(14.187)	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(5.582)	137	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 11.500 mil (2016 - R\$ 8.100 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 11.800 mil (2016 - R\$ 4.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016
Proventos	11.025	7.802
Total	11.025	7.802

Benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida	11.593	4.363
Total	11.593	4.363

O BERJ não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	120.655	514.328
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(54.295)	(231.447)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	8.880	21.787
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7.265)	(3.115)
Juros sobre o capital próprios pagos	-	9.000
Outros Valores (2)	(57.619)	11.374
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(110.299)	(192.401)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente, (i) IRPJ/CSLL decorrente de adesão ao PERT; (ii) as deduções incentivadas; e (iii) baixa de crédito tributário de CSLL.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2017	2016	
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(170.296)	(224.150)	
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	59.997	50.514	
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	-	(18.765)	
Total dos ativos fiscais diferidos	59.997	31.749	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(110.299)	(192.401)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.784	975	3.922	4.837
Provisões cíveis	43.764	958	5.176	39.546
Provisões fiscais	334.987	24.445	34.206	325.226
Provisões trabalhistas	678	418	50	1.046
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	37.954	96.742	12.181	122.515
Provisão para desvalorização de bens não de uso	44.884	-	6.965	37.919
Ajuste <i>mark to market</i> no resultado (títulos para negociação)	-	2.001	-	2.001
Outras provisões	47.034	1.224	4.266	43.992
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	517.085	126.763	66.766	577.082
Prejuízo fiscal e base negativa	17.030	-	-	17.030
Subtotal (1)	534.115	126.763	66.766	594.112
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	55.706	-	55.706	-
Total dos créditos tributários (Nota 8) Obrigações fiscais diferidas	589.821	126.763	122.472	594.112
(Nota 15a)	120.078	28.682	2.372	146.388
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	469.743	98.081	120.100	447.724

(1) No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, são constituídos com base na expectativa de sua realização.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	3.523	2.979	15.971	1.059	23.532
2019.....	31.857	19.208	-	-	51.065
2020.....	6.907	4.239	-	-	11.146
2021.....	6.907	4.239	-	-	11.146
2022.....	311.235	185.988	-	-	497.223
Total	360.429	216.653	15.971	1.059	594.112

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

...continuação



Bradesco Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 537.494 mil (2016 - R\$ 484.684 mil) sendo R\$ 520.665 mil (2016 - R\$ 467.933 mil) de diferenças temporárias e R\$ 16.829 mil (2016 - R\$ 16.751 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 146.338 mil (2016 - R\$ 120.078 mil) relativo a ganho de capital R\$ 17.943 mil (2016 - R\$ 18.876 mil), R\$ 2.986 mil (2016 - R\$ 1.439 mil) relativo à marcação de mercado e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 125.459 mil (2016 - R\$ 99.763 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante os exercícios totalizaram R\$ 11.593 mil (2016 - R\$ 4.428 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

f) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Berj S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Berj S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Berj S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 12 de março de 2018

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Transporte aéreo de carga começa ano com aumento na demanda

A Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, por sua sigla em inglês) divulgou os dados sobre os mercados globais de carga aérea que mostram aumento de 8,0% na demanda, que é medida em quilômetros por toneladas de carga (FTKs), em janeiro de 2018 em relação ao período anterior. Esse valor foi maior que o crescimento anual de 5,8% registrado em dezembro de 2017.

A capacidade de carga, medida em quilômetros por toneladas de carga disponíveis (AFTKs), aumentou 4,2% na comparação ano a ano em janeiro de 2018.

O ritmo positivo contínuo no crescimento da demanda por transporte de carga em 2018 reflete o fato de que os fatores de crescimento continuam favoráveis. A demanda global por exportações da manufatura está em alta, e para atender a essa demanda, aumentou o prazo de entrega da cadeia de suprimentos. Consequentemente, a demanda por transporte aéreo de carga pode se fortalecer, com as empresas buscando entrega mais rápida para compensar os tempos de produção mais longos.

- Com crescimento de 8% em janeiro, o setor de transporte de carga aérea teve um bom início de 2018, após um ano excepcional em que a

demanda cresceu 9%. Nossa expectativa é que a demanda por transporte aéreo de carga apresente uma taxa de crescimento mais normal em 2018, perto de 4,5%. Mas existem fatores contrários também. Se o Presidente Trump cumprir sua promessa de impor sanções às importações de alumínio e aço, existe um risco real de uma guerra comercial. Ninguém ganha com fortes medidas protecionistas - disse Alexandre de Juniac, diretor geral e CEO da Iata.

As taxas de crescimento regional e total da indústria são baseadas em uma amostra constante de companhias aéreas, combinando dados relatados e estimativas no caso de dados indisponíveis. O tráfego aéreo é alocado de acordo com a região em que a companhia aérea é registrada; não deve ser considerado como tráfego regional. Os dados estatísticos históricos estão sujeitos à revisão.

As companhias aéreas de todas as regiões relataram aumento na demanda em janeiro de 2018.

As companhias aéreas da região Ásia-Pacífico apresentaram aumento os volumes de carga de 7,7% em janeiro de 2018 e a capacidade cresceu 2,2%, em relação ao mesmo período de 2017. O aumento reflete a

forte demanda contínua dos principais exportadores da região, a China e o Japão, em parte devido à recuperação da atividade econômica na Europa. Porém, a tendência de aumento dos volumes de carga com ajuste sazonal teve uma pausa.

As companhias aéreas da América do Norte apresentaram aumento nos volumes de carga de 7,5% em janeiro de 2018 na comparação ano a ano, com aumento de 4,2% da capacidade. A força da economia dos EUA e do dólar norte-americano melhorou as importações nos últimos anos. Porém, isso pode ser compensado pelo enfraquecimento do dólar, mas a lei de reforma tributária recentemente aprovada nos EUA pode aumentar os volumes de carga no próximo período. A tendência dos volumes de carga com ajuste sazonal é sem aumento.

As companhias aéreas da Europa apresentaram aumento de 10,5% nos volumes de carga em janeiro de 2018, com aumento na capacidade de 5,3%. O forte desempenho na Europa é resultado da alta demanda de exportações entre os fabricantes da região. Os volumes de carga com ajuste sazonal subiram 3% em janeiro na comparação mês a mês, o maior aumento desde março de 2017.

Material de construção fecha bimestre com alta de 1,5% em faturamento

A Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) divulgará nesta sexta-feira a edição de seu índice de fevereiro, apontando crescimento no faturamento deflacionado no bimestre de 1,5%. O resultado positivo, contudo, ainda não significa plena recuperação, uma vez que comparado a Fevereiro/17 as vendas apontam queda de 0,9%. Considerando o emprego na construção, o mês de fevereiro foi de crescimento de 0,5% no número de postos em relação a janeiro.

Analisando os números em maior detalhe, observa-se crescimento no faturamento dos dois segmentos em que se dividem os produtos: base e acabamento. O bimestre foi fechado com crescimento em ambos os setores, porém foram os materiais de base que apresentaram maior expansão nas vendas do bimestre, com 2%, contra 1,2% dos materiais de acabamento.

A entidade entende que chegamos a um ponto de inflexão nas projeções de mercado, indicando tendência de crescimento, ain-

da que instável, ao longo do ano. As perspectivas da Abramat indicam que em 2018 o setor voltará a crescer, projetando algo em torno de 1,5%.

A previsão para o ano, assim como o resultado do bimestre, vão ao encontro dos últimos números de projeção do PIB divulgados pelo IBGE. A associação ressalta em seu estudo que um crescimento anual de 1,5% não deve ocorrer a partir de um crescimento médio perene, mas sim com a alternância entre resultados positivos e negativos ao longo do ano.

- Ainda poderão ocorrer oscilações pontuais nos resultados mês a mês. O varejo, que já conta com um crescimento nos últimos meses, seguirá como setor que puxará a recuperação da cadeia da construção esse ano. A tendência é o mercado das obras imobiliárias voltar a se recuperar apenas no segundo semestre, enquanto que o segmento das obras de infraestrutura deve se recuperar consistentemente a partir de 2019 - pontua Rodrigo Navarro, presidente da Abramat.